

Neste momento em que se inicia uma nova gestão do AFOCEFE Sindicato, em realidade está sendo marcada mais uma etapa na caminhada dos Técnicos do Tesouro do Estado na Secretaria da Fazenda, já que os cinquenta anos de existência deste sindicato nada mais foram que o reflexo dos avanços desta categoria pelos resultados do seu trabalho. Diga-se de passagem, trabalho relevante sob a ótica pública, pois reconhecido pela sociedade e pelos seus representantes.

E este trabalho eminentemente público, por graves questões corporativas históricas, precisou se desdobrar em dois vetores. Um, o da prestação do serviço junto à população, junto aos contribuintes, junto as instituições públicas e privadas, junto à sociedade gaúcha. Outro, o da luta pela preservação de uma Secretaria da Fazenda PÚBLICA, prestadora de um serviço PÚBLICO, movida por interesses PÚBLICOS.

E não é por acaso. Quando se procura entender os movimentos recentes na sociedade brasileira, de forma recorrente surge a desigualdade social como um dos elementos catalisadores. Por traz desta realidade sobrevive, alimentada desde sempre por

sucessivos fenômenos econômicos, a perversa distribuição de riqueza na sociedade brasileira. Uma sociedade de exploração na sua gênese. Primeiramente dos recursos naturais pura e simplesmente, na sequência, da mão de obra indígena, escrava e imigrante, pela economia baseada na monocultura. Já no século XX, onde surgem os primeiros mecanismos de proteção ao trabalho, sobrevém a necessidade de garantir um mercado de consumo para a incipiente indústria de bens duráveis, em especial o automóvel, símbolo do individualismo, que hoje transformou as grandes cidades numa incógnita quanto à mobilidade cotidiana.

Concentração de renda, centralização do poder e reprodução do modelo por todos os mecanismos possíveis. Esta é a regra do jogo cujo resultado sempre é desfavorável para a grande maioria, que mais necessita do Estado.

Na área pública este contexto se reproduz sob a forma do patrimonialismo, que nada mais é que uma herança do feudalismo, inigualável exemplo de concentração de riqueza e poder.

Dentre as manifestações desta praga administrativa, surge, nos últimos tempos, a apropriação das atividades do Estado por corporações, disfarçadas de carreiras públicas, cuja finalidade há muito deixou de ser a prestação de serviço focada no interesse público. Uma superficial observação destas manifestações identifica-se a reprodução da herança perversa: concentração de renda e de poder.

Na Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, este modelo está caracterizado em todos os seus aspectos. Resultado disto é evidenciado por uma esdrúxula relação: para cada posto estratégico um posto operacional, sendo a principal estratégia impedir a operação. Desmobilizam-se os serviços fazendários junto às comunidades, concentrando os efetivos em cidades polos para mais facilmente manipulá-los. Sucateiam as atividades de fiscalização, impedindo o cumprimento de atribuições legalmente estabelecidas, incorrendo no vício da insuficiência de poder. Tudo justificado pela manipulação de dados sequestrados, defesos até do Ministério Público.

A concorrência desleal é promovida, restando ao pequeno e médio empreendedor a sonegação e a informalidade como solução de sobrevivência. Quanto mais sonegam, menos significativas transparecem nos gráficos a contribuição destes setores ao Erário, mais representativos permanecem os resultados dos ditos “insonegáveis” (comunicação, energia elétrica e combustíveis, representando quase 50% da arrecadação). Para que sair do ar condicionado?

Surpreendentemente, tal conjuntura tem sido aceita pelos dirigentes máximos, mesmo quando de origem progressista. Passam pelo poder contando poucos recursos para investimento em saúde, educação e segurança, assistindo o Rio Grande do Sul perder posições em qualquer *ranking* de desenvolvimento regional. Assiste-se, por exemplo, ir por água abaixo todo o esforço de um governador que, tempos atrás, diferenciou o nosso Estado pela qualidade do sistema de ensino.

Lutaremos para mudar esta realidade.

Queremos retomar na plenitude as ações de fiscalização e educativas. Queremos uma Secretaria da Fazenda parceira da população e dos que

efetivamente promovem o desenvolvimento neste Estado. Para isto, esta gestão (ou o AFOCEFE) estará instituindo o Prêmio Cidadania Fiscal, que visa destacar as iniciativas relevantes voltadas ao estímulo da cidadania fiscal como um valor integrante da vida em comunidade.

Os Técnicos do Tesouro do Estado, na Secretaria da Fazenda, refletem a sociedade indignada com a expropriação do serviço público, por manobras ilegítimas e arbitrárias, colocando-o a mercê do oportunismo de ocasião.

Está na hora da Secretaria da Fazenda, como instituição, dar uma resposta à sociedade – que começa a se dar conta que está pagando muito alto por um produto que está recebendo parcialmente ou, em muitos casos, nem está recebendo.

O antagonismo de interesses na relação empregado-empregador que determinou o desenvolvimento do sindicalismo, na luta dos Técnicos do Tesouro do Estado ganha um viés suplementar, quando se depara com a necessidade de garantir a transparência pública como forma de controle social sobre as Administrações Tributárias.

Para fazer frente aos desafios que se renovam no caminho dos Técnicos do Tesouro, me acompanham nesta gestão que se inicia, um grupo de colegas comprometidos, formado pela união em torno de um projeto inequívoco: a recuperação da legitimidade plena da Secretaria da Fazenda junto à sociedade gaúcha e a preservação e valorização das atividades da categoria.